

SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES: UMA REVISÃO DA LITERATURA ACERCA DE SEUS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

SUSTAINABILITY WITHIN ORGANIZATIONS: A LITERATURE REVIEW ON ITS FUNDAMENTAL CONCEPTS

Dermeval Martins Borges Júnior¹

RESUMO

Constituindo-se em uma necessidade da sociedade atual, o tema sustentabilidade tem sido cada vez mais discutido no dia a dia das pessoas. Nesse contexto, pesquisa do Ministério do Meio Ambiente (2022) visando mapear as percepções da população brasileira sobre as questões ambientais identificou que a grande maioria da população se sente mais motivada a consumir produtos com fabricação ambientalmente responsável e está disposta a novas formas de comportamento de consumo. Diante do exposto, é possível perceber que o tema sustentabilidade não pode mais ser negligenciado no ambiente corporativo, uma vez que tanto os consumidores como os investidores consideram tal variável fundamental na decisão de consumir ou investir. Partindo dessas premissas, o presente trabalho tem como objetivo geral apresentar uma revisão da literatura que contemple a temática da sustentabilidade no contexto das organizações. A partir dos estudos revisados, é possível perceber que as pessoas, sejam consumidores ou acionistas, estão muito mais preocupadas com questões sustentáveis do que outrora, tendo em vista os diversos problemas que já se tornaram parte comum do nosso cotidiano. Também é visível nas empresas a pretensão de contribuir para a melhoria dessas dificuldades. Depreende-se, portanto, que essa concepção, de que as empresas também devem colaborar no desenvolvimento do meio em que estão inseridas, passou a fazer parte das expectativas das pessoas, mesmo não sendo essa a função primordial de uma empresa.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Investimentos Socialmente Responsáveis. Responsabilidade Social Corporativa.

ABSTRACT

Currently being a necessity in society, sustainability has been increasingly discussed in people's daily lives. In this context, a survey aimed at mapping the perceptions of the Brazilian population on environmental issues identified that the vast majority of the population feels more motivated to consume environmentally responsible products and is willing to adopt new forms of consumption behavior. Considering this situation, it is possible to perceive that sustainability theme can no longer be neglected in the corporate environment, since both consumers and investors consider such a fundamental variable in the decision to consume or invest. Thus, this paper aims at presenting a literature review that addresses the issue of sustainability in the context of organizations. From the reviewed studies, it is possible to see observe that people, whether consumers or shareholders, are much more concerned with sustainable issues than in the past, considering several problems that have become a common part of our daily lives. The intention of contributing to the improvement of these difficulties is also visible in the companies. It is possible to conclude that the conception that companies must also collaborate in the development of the environment in which they operate, has become part of people's expectations, even though this is not the primary function of a company.

Keywords: Sustainable Development. Socially Responsible Investments. Corporate Social Responsibility.

¹ Docente da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás. e-mail: dermevaljr14@ufu.br

1. INTRODUÇÃO

Constituindo-se em uma necessidade da sociedade atual, o tema sustentabilidade tem sido cada vez mais discutido no dia a dia das pessoas. Questões como aquecimento global, crescimento populacional, concentração de CO², redução de florestas, extinção de espécies, falta de água, poluição, escassez de recursos básicos, e diversos outros fatores similares, impuseram um novo estilo de vida para a sociedade. É notório que a preocupação da população com esse cenário aumentou, as pessoas estão mais conscientes quanto aos seus comportamentos e hábitos de consumo a fim de reduzir os impactos no ambiente.

Nesse contexto, uma pesquisa visando mapear as percepções da população brasileira sobre as questões ambientais identificou que a grande maioria da população se sente mais motivada a consumir produtos com fabricação ambientalmente responsável e está disposta a novas formas de comportamento de consumo, como utilizar garrafas retornáveis, embalagens que se decompõem mais rapidamente e comprar produtos concentrados que utilizem menos água. Além disso, a maior parte dos brasileiros demonstrou tomar medidas para colaborar com o meio ambiente, tais como consumo consciente de água, gás e energia elétrica, e boa parte indicou não consumir combustíveis (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2012).

O mercado financeiro também está sofrendo influência da preocupação geral com a sustentabilidade. Os investidores vêm optando por investir seus recursos nas empresas sustentáveis e socialmente responsáveis. De acordo com relatório emitido pelo *European Sustainable Investment Forum* (2014), os investimentos socialmente responsáveis cresceram significativamente na Europa de 2011 a 2013. A lógica por trás disso é que as empresas sustentáveis estão mais qualificadas para lidar com as questões econômicas, sociais e ambientais, e por isso são uma boa opção para investidores, uma vez que possuem menor risco e geram valor no longo prazo.

Diante do exposto é possível perceber que o tema sustentabilidade não pode mais ser negligenciado no ambiente corporativo, uma vez que tanto os consumidores como os investidores consideram tal variável fundamental na decisão de consumir ou investir. Partindo dessas premissas, o presente trabalho tem como objetivo geral apresentar uma revisão da literatura que contemple a temática da sustentabilidade no contexto das organizações. Para atingir o objetivo geral, enumeram-se os seguintes objetivos específicos: (i) discutir o conceito de sustentabilidade; (ii) discutir o conceito de sustentabilidade no contexto organizacional; (iii) abordar a dimensão social da sustentabilidade e os investimentos socialmente responsáveis. A escolha dos eventos em questão é justificada devido ao cenário

em que as organizações estão inseridas, que as pressionam a ter uma conduta que preze o bem-estar da comunidade e do meio ambiente.

Este artigo foi estruturado de modo a permitir uma compreensão do tema abordado para sustentar as análises a serem realizadas posteriormente. Assim, a revisão da literatura, primeiramente, abrange o tema Sustentabilidade seguido pela Sustentabilidade no Contexto Organizacional, bem como traz uma contextualização acerca dos diversos Investimentos Socialmente Responsáveis disponíveis. Ao final, as considerações finais são expostas.

2. DESENVOLVIMENTO DO ASSUNTO

2.1. Entendendo o termo sustentabilidade

Segundo a Comissão de Brundtland (1987 citado por CLARO *et al.*, 2005), o termo sustentabilidade engloba o desenvolvimento sustentável de modo que possa haver a satisfação das necessidades das pessoas no tempo presente, sem que ocorram problemas para a sociedade no futuro. Essa definição do termo com foco no longo prazo é a mais conhecida, embora existam várias críticas pela sua ambiguidade e abrangência. Já para Claro *et al.* (2005), a ideia central no termo sustentabilidade é o equilíbrio encontrado no desenvolvimento econômico, social e da proteção ao meio ambiente.

No desenvolvimento sustentável deve-se combinar crescimento econômico a transformações sociais, respeitando assim os limites da natureza, inserindo os objetivos ambientais na pauta política e em outros meios de importância. A democracia, equidade, princípio da integração política são um alguns dos princípios básicos da sustentabilidade (CLARO *et al.*, 2005). Barbieiri *et al.* (2010) afirma que a sustentabilidade com foco no negócio pode ser compreendida como o meio de produzir recursos no qual remunerará os fatores de produção, repor os elementos que contribuirão para o processo e poder investir de modo a ter alavancado seu poder de competição.

Claro e Claro (2004) argumentam que a palavra sustentabilidade tem ganhado bastante importância ao longo do tempo, de modo a influenciar as cadeias agroindustriais a buscarem um equilíbrio entre fatores de cunho social, econômico e ecológico. Tudo isso ocorre graças à conscientização que o consumidor tem tido, a ponto de perceber que tem poder para estimular ou desestimular ações favoráveis ao meio ambiente, ou seja, tem o desejo de consumir produtos mais saudáveis e menos prejudiciais ao meio ambiente.

Grande parte dos estudos sobre o tema indica que sustentabilidade é formada pela dimensão: social, econômica e ambiental (CLARO *et al.*, 2005). A dimensão ecológica, também conhecida como dimensão ambiental, chama a atenção das empresas ao impacto das suas ações no ambiente, e assim auxilia no fortalecimento da gestão ambiental no trabalho. Para Claro e Claro (2004) o capital natural, chamado também de dimensão ecológica pode ter três subdimensões. A primeira com foco na ciência ambiental, incluindo a ecologia, florestas, variabilidade do habitat, enquanto o nível qualitativo da água e do ar integram a segunda subdimensão. Por fim, o tratamento a favor da conservação e na gestão dos recursos não renováveis e renováveis está na terceira subdimensão.

Por sua vez, a dimensão econômica aborda a economia formal e informal. A sustentabilidade econômica poderá ser atingida através do uso eficiente dos meios presentes e das transformações dos atuais elementos que orientam os investimentos (CLARO *et al.*, 2005). Segundo Claro e Claro (2004), o capital artificial chamado também de dimensão econômica, possui além da economia formal, a informal que também é responsável por prover serviços para as pessoas e aumentar a renda junto ao padrão de vida de um conjunto de pessoas. O lucro surge a partir da criação de bens e serviços que vão satisfazer as necessidades do mercado, e também será utilizado para remunerar os empresários, bem como os trabalhadores e aqueles que fornecem o capital. A avaliação dos consumidores quanto às atividades empresariais é indicada pelo retorno financeiro para com os bens e serviços fornecidos, como também pelo uso da eficiência dos elementos da produção, como os recursos naturais, o capital humano, tecnologia, estrutura e trabalho (CLARO *et al.*, 2005).

Por fim, a dimensão social está inserida no aspecto social que contextualiza aos atributos humanos, como suas habilidades (CLARO *et al.*, 2005). Segundo Claro *et al.* (2005) a sustentabilidade social consiste num ato de elevação no padrão de vida da sociedade, através da redução de problemas da distância entre riqueza e miséria. Os meios utilizados para isso podem ser: acesso à educação de qualidade, moradia, alimentação saudável, melhoria na renda, e outros que venham a suprir necessidades biofisiológicas e no desenvolvimento do intelecto humano. Nas empresas pode haver diversos indicadores que variam de empresa para outras, dentro da dimensão social, no entanto há indicadores que são similares como recompensa justa pelo esforço na empresa, horas trabalhadas que estejam dentro de um nível tolerável, a recusa pela mão de obra infantil e do trabalho forçado, condições adequadas ao exercício do trabalho dentre outros.

Cumprido destacar que estudos seminais discordam acerca da utilização da palavra sustentabilidade. Para Temple (1992), o uso exacerbado do termo sustentabilidade indica a

representação de vários elementos, mas ao mesmo tempo nada, por isso acaba sendo inútil. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Daly (1996) explica que a maioria das pessoas gostam de empregar o termo, mesmo não sabendo seu verdadeiro significado. Em contraponto, Jacobs (1995) discorda dos dois últimos autores citados, dizendo que o termo apresenta diversos significados cabíveis a interpretação individual, portanto não há a exclusão da essência do termo a qual grande parte das pessoas conseguem compreender.

2.2. Sustentabilidade no contexto organizacional

Para Claro *et al.* (2005), o termo sustentabilidade muitas vezes não é compreendido corretamente entre os funcionários das organizações. Contudo, Barbieri *et al.* (2010) afirmam que o avanço na definição formalizada do termo sustentabilidade possibilitou que as instituições adotassem suas ideias mais rapidamente. Além disso, os valores ligados ao desenvolvimento sustentável são institucionalizados em maior ou menor grau pela mídia, pelos movimentos sociais e ambientalistas, e pelos governos.

A pesquisa de Claro *et al.* (2005) indicou que quanto maior o grau de escolaridade dos funcionários, a tendência é que entendam melhor a sustentabilidade. Ademais, outro fator que influencia nessa percepção são as práticas gerenciais sustentáveis adotadas pela empresa, ou seja, não basta que o discurso da organização aborde práticas ambientais e sociais se na prática o comportamento for outro. Somente com práticas sustentáveis realizadas pela organização os funcionários compreendem melhor o termo sustentabilidade (CLARO *et al.*, 2005).

Com a demasiada importância sobre o assunto, para Claro *et al.* (2008), esta é a era da sustentabilidade. Na antiga visão de mundo, prevalecia a ideia do crescimento contínuo, da conquista da natureza, da utilização irracional dos recursos, da obediência à legislação, do materialismo, da produção industrial em massa, do design de produtos obsoletos, em que predominava departamentalismo. Os problemas sociais, ambientais e econômicos decorrentes evidenciaram que esse modelo de desenvolvimento é socialmente injusto, ambientalmente desequilibrado e economicamente inviável, o que poderia inviabilizar a vida na terra. Dessa forma, os valores da sociedade e o paradigma do mundo dos negócios passaram e estão ainda sob o efeito de remodelações, a fim de incorporar práticas sustentáveis (CLARO *et al.*, 2005).

Barbieri *et al.* (2010) citam que devido às pressões externas, as instituições criam novos modelos organizacionais mais adequados para a realidade da sociedade, como exemplo

as organizações inovadoras sustentáveis, que introduzem novas práticas, métodos e ações levando em consideração os três pilares da sustentabilidade, as dimensões social, ambiental e econômica. Em estudo mais recente, Claro e Claro (2014) afirmam que há uma necessidade de considerar os pilares da sustentabilidade de forma integrada, onde o pilar econômico é importante para conseguir representar melhor as ações sociais e ambientais realizadas pela organização.

Por outro lado, Barbieri *et al.* (2010) levam em consideração que a inovação sustentável com base nas três dimensões ainda não é uma regra entre as organizações, já que diferentemente da dimensão econômica, as dimensões social e ambiental requerem novas práticas e ferramentas de gestão que só recentemente começaram a ser criadas. Barbieri *et al.* (2010) ainda afirmam que a responsabilidade de desenvolvimento da inovação sustentável não cai somente às empresas, sendo também um papel das instituições de ensino e pesquisa, órgãos governamentais, instituições de normalização e organizações da sociedade civil.

Para Munck e Borim-de-Souza (2013), no que se refere ao tema desenvolvimento sustentável, as organizações podem se enquadrar em três diferentes modelos: o modelo arcaico de desenvolvimento sustentável, o qual valoriza o aspecto econômico mercantilista e tem interesse em atender as necessidades imediatas; o modelo de transição de desenvolvimento sustentável, que leva em consideração a responsabilidade do desenvolvimento sustentável em remediar o que está errado, porém não abrange os problemas futuros; e o modelo atualizante de desenvolvimento sustentável, caracterizado por abordar os aspectos micro e macro social, investigando os erros passados, os problemas contemporâneos e tentando resolver eventos adversos no futuro.

Slomski e outros (2012) ressaltam a importância das organizações terem consciência de que seus produtos possuem um ciclo de vida, e sendo assim, devem tomar responsabilidade total por todo o seu processo produtivo até o descarte, uma vez que todos os produtos industrializados produzem resíduos ao fim da sua vida útil. Nesse contexto, Claro e Claro (2014) argumentam existir um círculo vicioso nas empresas entre a prática da sustentabilidade e o reporte dessas ações e projetos, ou seja, as organizações que desenvolvem práticas sustentáveis e fazem a análise dos resultados, as aprimoram nos anos seguintes e devido a isso, tendem a sair-se melhor no longo prazo.

De um ponto de vista mais crítico, Vergara e Branco (2001) afirmam que, diante das características do início do século, marcado por desigualdades e desequilíbrios complexos e interdependentes, torna-se cada vez mais evidente a insustentabilidade das práticas comerciais que só contemplam a maximização do retorno sobre o capital. Mais uma vez expostas a um

desafio sem precedentes, as empresas terão de provar que as competências e recursos que conquistaram, muitas vezes em detrimento das necessidades da sociedade que as acolhe, podem contribuir para um modelo de desenvolvimento efetivamente sustentável (VERGARA; BRANCO, 2001).

Em relação às empresas humanizadas, para Vergara e Branco (2001), no Brasil se verificam algumas unanimidades no que se refere a exemplos de empresas humanizadas. Dentre elas destacam-se C&A, Natura, Banco Itaú, Coca-Cola e outras. Menos citadas, mas desenvolvendo ações igualmente relevantes, também existem médias e pequenas empresas que não se intimidam pela escassez de recursos quando o assunto é atuar por uma causa com a qual se identificam. É urgente colocar competências e recursos até hoje utilizados pelas organizações na superação dos desafios mercadológicos a serviço de um desenvolvimento efetivamente sustentável (VERGARA; BRANCO, 2001).

De acordo com as pesquisas de Scandelari e Cunha (2013), no tocante ao desempenho social das organizações, é evidenciado que as ações relacionadas ao ambiente externo à organização, voltadas à comunidade de entorno e demais stakeholders são praticadas com menor intensidade quando comparadas àquelas voltadas ao ambiente interno. O indicador referente ao envolvimento de stakeholders (sociedade, governo e demais partes interessadas) nas tomadas de decisões relevantes da empresa demonstra que este é praticado com pequena ou média intensidade, esse número evidencia a pequena maturidade das empresas em relação às práticas de governança corporativa e disclosure (SCANDELARI; CUNHA, 2013).

Ainda de acordo com as pesquisas de Scandelari e Cunha (2013), os indicadores relativos à responsabilidade social para com o público interno indicam que as empresas estão mais focadas em ações que, além de impactarem na qualidade, produtividade e custos de produção, também atendam diretrizes da legislação trabalhista. Por isso são elevados os níveis atribuídos pela empresa aos indicadores referentes à prevenção de lesões e doenças decorrentes do trabalho e à melhoria de condições e satisfação dos empregados com o trabalho, práticas previstas em sistemas de gestão de saúde e segurança do trabalho preconizadas pela norma NBR ISO 18.001. No que tange às práticas relacionadas a investimentos com vistas à melhoria da qualidade de vida da comunidade, os achados de Scandelari e Cunha (2013) indicaram que as organizações ainda atuam com pequena ou média intensidade. Esse aspecto parece ser decorrente de aspectos culturais da sociedade brasileira, a qual atribui esse tipo de ação, primordialmente, ao governo.

Saindo dos indicadores e entrando nos problemas reais, Paiva (2010) destaca que os grandes desafios acerca da sustentabilidade no contexto organizacional referem-se,

primordialmente, à quebra de velhos paradigmas. Porém, não de uma forma alarmista ou precipitada, pelo contrário, de maneira estruturada e coerente, tendo em vista que a restrição de recursos naturais e ambientais impõe limites ao modelo atual de desenvolvimento baseado no crescimento contínuo. Paiva (2010) menciona que, com o advento dessas mudanças, devem surgir vários novos mercados cujos valores, certamente expressivos, fornecerão novas perspectivas de desenvolvimento sustentável, e as corporações precisam estar atentas para essas oportunidades.

Diante disso, numa perspectiva de longo prazo, de acordo com Paiva (2010), a questão da permanência da vida como se conhece hoje não é mais uma questão política e econômica, mas também uma questão estrutural. As corporações, incluindo as instituições financeiras, serão levadas a focalizar com grande seriedade e antecipação esse horizonte de longo prazo que se lhes apresenta, com vistas à tomada de decisões estrategicamente adequadas na perspectiva do desenvolvimento sustentável (PAIVA, 2010).

Relacionado com as exigências futuras discutidas por Paiva (2010), Vergara e Branco (2001) já havia mencionado, anteriormente, que ações humanizadas seriam vistas como fonte de diferenciação em um ambiente de negócios, e que isso não implicaria na redução da competitividade. O motivo disso estaria na disposição dos consumidores, em âmbito mundial, a cada vez mais incorporarem em suas decisões de compra os compromissos éticos que as empresas reclamam de seus fornecedores. Na mesma direção, Vergara e Branco (2001) destacam as preferências de profissionais talentosos por empresas comprometidas com o crescimento das pessoas e com causas sociais e ecológicas. Portanto, Vergara e Branco (2001) concluem que, se clientes fiéis e empregados talentosos caracterizam diferencial competitivo, empresas humanizadas se mostram necessárias e possíveis.

2.3. A dimensão social da sustentabilidade e os investimentos socialmente responsáveis

Como foi visto anteriormente o termo sustentabilidade implica a união de três pilares: as dimensões econômica, social e ambiental. Para Barbieri *et al.* (2010) a dimensão social envolve aspectos relacionados às comunidades humanas dentro e fora das organizações como, por exemplo, desemprego, exclusão social, pobreza, ética e diversidade organizacional. Segundo os estudos de Lyra, Gomes e Jacovine (2009) é evidente que as empresas têm a necessidade de unir seus interesses econômicos a questões ligadas a cidadania e à ética nos negócios, dessa forma a discussão sobre a dimensão social da sustentabilidade abrange todos

os *stakeholders* da organização, ou seja, todos os grupos ou indivíduos que podem afetar ou são afetados pelas atividades da empresa.

Para explicitar ainda mais o termo de práticas sustentáveis sociais, Claro *et al.* (2005) as conceituam como práticas gerenciais que se referem à melhoria da qualidade de vida dos funcionários e a comunidade ao redor. Como exemplo dessas práticas, tem-se os investimentos em educação, cultura, esporte, lazer, segurança dos funcionários, ticket-alimentação, cesta básica, plano de saúde, distribuição dos lucros das empresas com funcionários, benefícios igualitários para ambos os gêneros, não deixando de cumprir os direitos que cada um tem (CLARO *et al.*, 2005).

Nesse sentido, segundo Vergara e Branco (2001), cada vez mais as empresas passam a ser julgadas por seus compromissos com a ética e com o foco que é dado às pessoas ligadas a organização, sejam elas clientes, empregados, fornecedores, concorrentes ou comunidades em geral. Além disso, os consumidores aparentam ter a tendência de dar prioridade, no seu processo de decisão de compra, às empresas que tem o compromisso com a responsabilidade social. Essas empresas também são mais valorizadas por profissionais talentosos, que se sentem atraídos por organizações que estimam o trabalho de seus funcionários e fazem a diferença para uma sociedade melhor (VERGARA; BRANCO, 2001).

Para a amenização de parte dos problemas que a sociedade presencia, segundo Coutinho *et al.* (2006), as empresas podem desenvolver projetos sociais, os quais constituem um conjunto de atividades que visam mudar uma parte da realidade, ocorrendo redução ou eliminação do déficit, ou então soluções de problemas, com o objetivo de satisfazer a necessidade de grupos que não possuem condições de solucioná-los pelo mercado. Os projetos geralmente são classificados por meio do seu objeto principal (educação, saúde, cultura) ou por meio das características que distinguem a população-alvo (adolescentes, idosos, crianças) (COUTINHO *et al.*, 2006).

Por seu turno, Trevisan (2002) destaca que a responsabilidade social tem disponibilizado sucesso no negócio das empresas, e por isso essa ação merece a adoção de estratégias para que haja um bom aproveitamento dos recursos financeiros em sua utilização. Sendo assim, investimentos na melhoria comunitária devem ser considerados nas decisões organizacionais. Além disso, diversas entidades se mostram mais propensas em negociar com empresas preocupadas com causas sociais, sendo que essa ação é uma das maneiras de influenciar a prática no meio dos empresários e diminuir as pressões sociais, bem como de conquistar a lealdade dos clientes e ter boa visibilidade para com o público em geral (TREVISAN, 2002).

No que diz respeito aos investimentos socialmente responsáveis (SRI), Rezende e Santos (2006) os conceituam como decisões de investimento com o objetivo duplo de atingir tanto o retorno financeiro como o social. No Brasil, conforme indica Schiavo (2007), aqueles que quiserem investimentos voltados para a área social podem optar pelos investimentos socialmente responsáveis e pelos fundos comunitários. Os fundos comunitários caracterizam-se por transferir parte da renda adquirida para projetos sociais, ou seja, trata-se de filantropia pura. Enquanto nos investimentos socialmente responsáveis o investidor não abre mão dos seus ganhos, mas aplica seus recursos nas empresas que possuem elevado nível de responsabilidade social.

Segundo Rezende e Santos (2006), o surgimento dos investimentos socialmente responsáveis aconteceu na década de 1920, quando instituições religiosas se recusaram a investir em empresas ligadas ao álcool e tabaco. Por sua vez, os investimentos que utilizam critérios especificamente ambientais são uma prática mais atual, que surgiram por volta de 1980. A partir da década de 1990 os fundos ambientais ganharam muita força (REZENDE; SANTOS, 2006).

Um exemplo de investimento socialmente responsável no Brasil é o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que foi criado em 2005 na BM & FBOvespa. O ISE foi o primeiro índice desse tipo na América Latina, e foi desenvolvido com o auxílio da *International Finance Corporation*, órgão de financiamento do Banco Mundial, do Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas e do Comitê Deliberativo do ISE, que integrava participantes do mercado brasileiro (BM & FBOVESPA, 2012).

O ISE é composto apenas por papéis de empresas que são referência em responsabilidade social e sustentabilidade. Deste modo, o índice identifica as empresas que se destacam pelo compromisso com o desenvolvimento sustentável, permitindo que os investidores que possuem preocupações que vão além do retorno financeiro de curto prazo possam investir nessas empresas (BM & FBOVESPA, 2012).

Para que uma empresa possa participar do ISE, além de ser referência em responsabilidade social e sustentabilidade, a ação da empresa deve estar entre as 150 mais negociadas na bolsa e ter sido negociada em pelos 50% dos pregões nos últimos doze meses antes da formação da carteira. Vale lembrar que corporações que estejam passando por recuperação judicial, processo de falência, situação especial, ou que estejam sob regime de suspensão de negociação, não podem participar do ISE (BM & FBOVESPA, 2012).

Frente ao exposto, observa-se que a dimensão social da sustentabilidade constitui elemento fundamental para os negócios, sobretudo em virtude das pressões por parte de vários

segmentos da sociedade para que as organizações apresentem condutas socialmente responsáveis. Do mesmo modo, os investimentos socialmente surgem como um mecanismo que concilia o retorno financeiro e as práticas sustentáveis, sendo que no Brasil o ISE é tido como referência nesse sentido.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo apresentar uma revisão da literatura que contemple a temática da sustentabilidade no contexto das organizações. Para tanto, realizou-se a contextualização da literatura com o intuito de adquirir uma compreensão mais acentuada sobre o tema abordado, averiguando os conceitos fundamentais sobre o tema sustentabilidade, entendendo a importância, bem como a relação, da sustentabilidade nas empresas, o foco na dimensão social do termo e conhecendo melhor a respeito dos diversos investimentos sociais disponíveis no mercado financeiro, inclusive o ISE da BM & FBovespa.

A partir dos estudos revisados, é possível perceber que as pessoas, sejam consumidores ou acionistas, estão muito mais preocupadas com questões sustentáveis do que outrora, tendo em vista os diversos problemas que já se tornaram parte comum do nosso cotidiano, como os riscos de racionamento de água e energia elétrica, a brutal desigualdade social que permeia o nosso país, a poluição nas grandes cidades, o aumento agudo na temperatura ambiente e as condições climáticas desordenadas.

Também é visível nas empresas a busca por alternativas frente aos desafios impostos pelo desenvolvimento sustentável. Depreende-se, portanto, que essa concepção, de que as empresas também devem colaborar com o meio no qual estão inseridas, passou a fazer parte das expectativas das pessoas, mesmo não sendo essa a função primordial de uma empresa. Por isso as organizações que permanecem alheias a essa necessidade, tendem a serem rejeitadas pelos consumidores. Daí a importância de estudos que contribuam para verificar o engajamento das empresas em questões de interesse social.

REFERÊNCIAS

BARBIEIRI, J. C.; VASCONCELOS, I. F. G.; ANDREASSI, T.; VASCONCELOS, F. C. Inovação e Sustentabilidade: Novos Modelos e Proposições. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 2, p. 146-154, 2010.

BM&FBOVESPA. **O valor do ISE**: Principais estudos e a perspectiva dos investidores. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://eaesp.fgv.br/producao-intelectual/valor-ise-principais-estudos-e-perspectiva-investidores>. Acesso em: 18.11.2022.

CLARO, P. B. de O.; CLARO, D. P. Sustentabilidade estratégica: existe retorno no longo prazo? **Revista de Administração da USP**, v. 49, n. 2, p. 291-306, 2014.

CLARO, P. B. de O.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração da USP**, v. 43, n. 4, p. 289-300, 2008.

CLARO, P. B. O.; CLARO, D. P. Desenvolvimento de indicadores para monitoramento da sustentabilidade: o caso do café orgânico. **Revista de Administração da USP**, v.39, n. 1, p. 18-29, 2004.

CLARO, P. B. O.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. Entendemos sustentabilidade em sua plenitude? Análise de fatores que influenciam a interpretação do conceito. In: **XXIX Encontro da ANPAD**, 2005, Brasília. Anais... Brasília: ANPAD, 2005.

COUNTINHO, R. B. G; SOARES, T. D. L; SILVA, J. R. G. Projetos sociais de empresas no Brasil: arcabouço conceitual para pesquisas empíricas e análises gerenciais. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 5, 2006.

DALY, H. **Beyond Growth**: The Economics of Sustainable Development. Boston: Beacon Press, 1996.

EUROPEAN SUSTAINABLE INVESTMENT FORUM. **European SRI Study 2014**. Belgium, 2014. Disponível em: <https://www.eurosif.org/wp-content/uploads/2022/03/Eurosif-SRI-Study-2014.pdf>. Acesso em: 18.11.2022.

JACOBS, M. Sustainable development—from broad rhetoric to local reality. In: **Conference Proceedings from Agenda 21**, 1995, Cheshire. Anais... Cheshire: Cheshire County Council, 1995.

LYRA, M. G.; GOMES, R. C.; JACOVINE, L. A. G. O papel dos stakeholders na sustentabilidade da empresa: contribuições para construção de um modelo de análise. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, p. 39-52, 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável. **Pesquisa Nacional de Opinião**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://estudoemfocosaude.com.br/pdf/meio/O%20que%20o%20Brasileiro%20Pensa%20do%20Meio%20Ambiente%20e%20do%20Consumo%20Sustentavel.pdf>. Acesso em: 18.11.2022.

MUNCK, L.; BORIM-DE-SOUZA, R. Compreensão do desenvolvimento sustentável em contextos organizacionais a partir do estabelecimento de tipos ideais. **Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 67, 2013.

PAIVA, A. C. R. de. As atividades bancária e empresarial e o desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração da USP**, v. 45, n. 3, p. 297-304, 2010.

REZENDE, I. A. C.; SANTOS, L. S. R. Análise da Rentabilidade e Performance dos Investimentos Socialmente Responsáveis: um Estudo Empírico no Mercado Brasileiro. In: **XXX Encontro da ANPAD**, 2006, Salvador. Anais... Salvador: ANPAD, 2006.
SCANDELARI, V. do R. N.; CUNHA, J. C. da. Ambidestralidade e desempenho socioambiental de empresas do setor eletroeletrônico. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 2, 2013.

SCHIAVO, F. T. **Os Investimentos Socialmente Responsáveis e os Investidores Socialmente Responsáveis**. Fundação Getúlio Vargas. Mestrado em Administração Pública, 2007.

SLOMSKI, V.; SLOMSKI, V. G.; KASSAI, J. R.; MEGLIORINI, E. Sustentabilidade nas organizações: a internalização dos gastos com o descarte do produto e/ou embalagem aos custos de produção. **Revista de Administração da USP**, v. 47, n. 2, p. 275-289, 2012.

TEMPLE, S. Old issue, new urgency?. **Environmental Dimension**, v. 1, n. 1, p.1-28, 1992
TREVISAN, F. A. Balanço social como instrumento de marketing. **Revista de Administração de Empresas Eletrônica**, v. 1 n. 2, dec. 2002.

VERGARA, S. C.; BRANCO, P. D. Empresa Humanizada: A organização necessária e possível. **Revista de Administração de Empresas**, v. 41, n. 2, p. 20-30, 2001.